



Este artigo foi publicado na edição 1, em dezembro de 2004, da revista eletrônica e-compós: <http://www.compos.org.br/e-compos>

A VIOLÊNCIA NA SUA DIMENSÃO SEMIÓTICA

*Ronaldo Henn
Carmen Oliveira
Maria Palma Wolff
Marta Conte**
Unisinos

Resumo: Este trabalho pretende refletir alguns dos aparatos conceituais que permeiam parte da pesquisa transdisciplinar *Criminalidade e Espaço Urbano, as Transversalidades da Violência*, desenvolvida na Unisinos, que tem, entre os seus focos, os processos midiáticos. Postula-se que a violência possui uma dimensão semiótica que estaria vinculada à própria gênese dos signos na espécie humana e no desenvolvimento e conflitos de ordens no espaço da semiosfera. Procura-se entender a dinâmica destas semioses muitas vezes explosivas e verificar certas operações midiáticas na qual esta dimensão é atualizada e ritualizada. Busca-se maior compreensão das lógicas destas processualidades e as possibilidades de inserção afirmativa das comunidades mais vulneráveis.

Palavras-chave: Semiose; cultura; mídia

Abstract: This work has the intention of reflecting upon some of the conceptual apparatus which permeate part of the transdisciplinary research “Urban space criminality: the transversalities of violence” that has been developed at Unisinos, which has, amongst its foci, mediatic processes. It is postulated that violence has a semiotic dimension which would be linked to the particular origin of signs in the human species and the development of and conflicts of order in the semiosphere space. An understanding of the dynamics of these, often explosive, semioses is sought and a verification that there are certain mediatic operations in which this dimension is up to date and ritualized. A greater understanding of the logic of these processalities is sought as are the possibilities of affirmative insertion in the most vulnerable communities.

Resumen: Este trabajo pretende ser una reflexión sobre los aparatos conceptuales que atraviesan parte de la investigación transdisciplinar *Criminalidad y Espacio Urbano, las Transversalidades de la Violencia*,

* Ronaldo Henn (rohenn@uol.com.br) é doutor em Comunicação e Semiótica e professor pesquisador do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos; Carmen Oliveira (carmen@terra.com.br) é doutora em Psicologia Clínica e professora pesquisadora do curso de Psicologia da Unisinos; Maria Palma Wolff (palmaw@tutopia.com.br) é doutora em Direitos Humanos e professora pesquisadora do curso de Serviço Social da Unisinos; Marta Conte é doutora em Psicologia Clínica e professora pesquisadora do curso de Psicologia da Unisinos.

desarrollada en la Unisinos, que tiene, entre sus objetivos, los procesos midiáticos. Se postula que la violencia posee una dimensión semiótica que estaría vinculada a la propia génesis de los signos en la especie humana y en el desarrollo y conflictos de órdenes en el espacio de la semiosfera. Se procura entender la dinámica de estas semiosis muchas veces explosivas y verificar ciertas operaciones midiáticas en la cual esta dimensión es actualizada y ritualizada. Se busca una mayor comprensión de las lógicas de estos procesos y las posibilidades de inserción afirmativa de las comunidades más vulnerables.

Considerações iniciais

A violência e a criminalidade no Brasil se constituem em temas de grande ressonância cuja intensidade aumenta vertiginosamente nas últimas décadas. Alguns estudos têm demonstrado que a violência não se configura como um comportamento aleatório de determinados sujeitos, mas como um produto de diversos fatores originários na convivência grupal e nas estruturas sociais, o que nos permite problematizar a violência em sua relação com o espaço urbano e como um sintoma social.

Nas sociedades, como a brasileira, em que as desigualdades sociais tornam-se mais agudas e com desdobramentos dramáticos nos aglomerados das regiões metropolitanas, a prática de delitos e atos infracionais generalizados e a forte articulação do crime organizado ganham dimensões aflitivas e geram na sociedade demandas de difíceis contornos. Tal cenário redundando em um aumento da população carcerária que, no Brasil, dadas as condições precárias do sistema penitenciário e as idiosincrasias de uma estrutura penal de tons conservadores, vive como num permanente estado explosivo.

Apesar dos altos índices de violência urbana e das correspondentes preocupações dos gestores públicos e da própria população, a pesquisa criminológica ainda possui traços tímidos. À exceção do Censo Penitenciário Nacional (voltado mais para informações acerca do estabelecimento prisional sem cobertura para a população carcerária) e das estatísticas do Ministério da Saúde (que utilizam como fonte registros de óbito e não as ocorrências policiais), são ainda incipientes os estudos em nível nacional ou estadual que possam ser utilizados para planejar políticas diferenciadas de Segurança Pública.

Por outro lado, geralmente a coleta de dados constitui-se em processo custoso e demorado, pois exige a consulta individual de casos, para efeitos judiciais e administrativos, uma vez que no Brasil raramente os registros são feitos com a preocupação de medir a criminalidade para fins gerenciais. Tal comportamento confirma-se na constatação da forma displicente com que são preenchidos os boletins de ocorrências policiais nas delegacias (utilizados como fonte única para boa parte do material jornalístico sobre criminalidade) ou com os poucos investimentos em sistemas de informatização na área.

Além de lidar com as dificuldades de acesso às fontes dos dados, os gestores e pesquisadores encontram poucos recursos metodológicos desenvolvidos na condição de formas confiáveis de medição de um problema com tamanha abrangência e complexidade como se apresenta em suas expressões contemporâneas. Se, conforme alerta Kahn (2002), do ponto de vista epistemológico, a totalidade da realidade criminal é incognoscível, por mais que os melhores métodos e instrumentos criminológicos fossem utilizados, pode-se antecipar as dificuldades de investigação em nosso país pela escassez de dados mais elementares e brutos de criminalidade produzidos pelos setores afins.

Por conta disso, a precariedade das informações sobre a violência e as leituras enviesadas nas mídias têm concorrido para a sua banalização e o reforço de estigmas, tornando mais difícil o tratamento na perspectiva de políticas públicas. Além disso, a própria prática de crimes sofisticada-se com outras possibilidades tecnológicas e midiáticas. Ao mesmo tempo, o tema converteu-se em item obrigatório na agenda da mídia desencadeando complexos e contraditórios processos de formação de opinião e representação em que as demandas punitivas e repressoras ganham centralidade.

Uma das formas em que a violência mais comumente se expressa é através da criminalidade chamada difusa (SANTOS, 1999), ou seja, na prática de delitos comuns, contra a pessoa ou contra o patrimônio, que vão ser alvo de criminalização e de apenamento, formalizando uma vinculação de seu agente com a justiça criminal e com o sistema penitenciário. Se esta criminalização já possui muitas determinações que certamente não se restringem a um aspecto penal e individual, dela decorrerão também outros processos produtores e reprodutores da violência que vão influenciar o processo de execução penal e também o retorno à vida em liberdade.

Em função destas demandas, desenvolve-se pesquisa¹ em que se investiga as configurações da criminalidade de uma perspectiva transdisciplinar, que se justifica pela própria complexidade da temática e dos seus desdobramentos tanto no campo de ações públicas como na construção de conhecimentos mais adequados às suas múltiplas dimensões. Trabalha-se com um dos fenômenos que marcam o mundo contemporâneo, um mundo em que a organização social cada vez mais complexa vê extrapolar os determinantes da classe social para produzir outras transversalidades (SANTOS: 1999) no que diz respeito à relação de gênero, etnia, produção cultural, organização política, entre outras. São múltiplas determinações que procedem do Estado, da sociedade e dos indivíduos, que vão construir diferentes expressões da violência as quais se conectam e se produzem mutuamente. Tal complexidade obscurece o entendimento dos processos sociais produtores da violência, cuja percepção normalmente oscila entre uma visão unívoca e linear de causa/efeito e uma perspectiva relativista; o conhecimento então aportado é parcial e fragmentado e pouco contribui para o real entendimento da questão e para a construção de estratégias de enfrentamento dos problemas.

Pensar a violência nestes termos exige, necessariamente, um esforço para superar a especialização ou, como fala Morin (1996), o pensamento em peças avulsas, que ao abs-trair um objeto de um determinado campo faz com que as interlocuções com seu meio sejam anuladas. O desafio da transdisciplinariedade está em compreender este nó a partir das muitas linhas que o formam, entendendo igualmente que esse só pode ser desfeito junto com as forças que o sustentam. Aponta-se, portanto, para um envolvimento direto com a realidade investigada e para a criação de um campo teórico e operacional construído pelos olhares das disciplinas envolvidas: Comunicação, Saúde Coletiva, Psicologia, Serviço Social e Direito.

Comunicação

Neste texto, apresentam-se formulações conceituais que envolvem a problemática no âmbito da Comunicação a partir, do que se define aqui, como a violência na sua dimensão semiótica. O pensador alemão Harry Pross (1980,

¹ Trata-se da pesquisa Criminalidade e espaço urbano: as transversalidades da violência, desenvolvida na

1989) credita à inaptidão humana diante da idéia do nada a responsabilidade pelo desencadeamento de toda a constelação de signos através dos quais a espécie se move, se comunica e se relaciona com o ambiente. “Onde faltem os signos, nós imaginamos o nada e, onde parece haver o nada, nos apressamos em colocar um signo de ordem”, sentencia Pross (1980, 1989) reiteradas vezes na sua singular proposição semiótica. Esse horror à idéia do nada e sua conseqüente substituição pelos signos que, por definição, ocupam sempre o lugar de alguma coisa, estaria associado à condição que, para Pross, aparece como definitiva, matriz fundamental do complexo semiótico humano: a posição erétil que permite a espécie a percepção do horizonte em uma relação vertical em que o par dentro/fora passam a compor com o acima/abaixo gerando uma rede matricial de significados.

Estas redes cristalizam-se na perspectiva do estabelecimento de ordens através das quais o humano se constitui, já havendo neste processo um princípio de submissão. Os signos, através de uma existência material, exteriorizam ordenações várias transformando e até mesmo constituindo o que se conhece como realidade objetiva. A imposição de uma ordem em relação a outras se desdobra em conflitos que ganham textura ao mesmo tempo comunicativa e violenta a partir da materialidade dos signos.

Há nesta concepção dois fundamentos para se pensar a violência em sua dimensão semiótica. O primeiro vincula à necessidade dos signos um princípio de violência na sua própria gênese. O segundo vislumbra na materialidade dos signos a imposição de ordens que tendem ao conflito e violências. Por ambos os fundamentos, transpassam a consciência de que a violência é algo que brota com o humano e externa-se na sua maquinaria semiótica.

Fala-se muito hoje na extrapolação da violência para níveis inimagináveis e, sobretudo, da sua intensa configuração através dos dispositivos midiáticos. Existe uma tendência de se atribuir à produção vertiginosa de imagens a responsabilidade por algo que aparentemente foge a qualquer controle e que se naturaliza por conta de uma reiterada banalização (BAITELLO JUNIOR, KAMPER e MERSMANN, 2000). Propõem-se abordar a questão a partir de duas entradas. A primeira intenta perseguir a violência a partir do que se denomi aqui de sua dimensão semiótica que remete, de uma certa forma, à

própria constituição do humano. A segunda, decorrente desta, vai à direção de certas operações midiáticas na qual esta dimensão é atualizada e ritualizada.

Em *O Paradigma Perdido*, Edgar Morin (1975) formaliza perturbadora proposição: aquilo que se designa como definidora da espécie, o *homo sapiens*, não dá conta da complexidade do humano. Além de *sapiens*, o *homo* é *demens*. O mesmo cérebro que se equipou para desencadear processos de racionalidade objetivados na técnica e na linguagem, mobiliza-se por fluxos ruidosos, entrópicos, nos quais explode a *hibris* e todo o seu complexo de devaneios, êxtases, alucinações, prazeres desmedidos. E mais: estas movimentações trepidantes, convencionalmente locadas na rubrica da irracionalidade, irrigam a própria racionalidade a ponto de integrar o cerne do seu aparato constitutivo. Ou seja, os aparatos exigidos pela adaptação no estabelecimento do humano são simultaneamente atravessados pelo *sapiens* e pelo *demens*.

A ruptura que esta proposição desencadeia situa o humano na gênese de uma crise sistêmica ainda em processamento e com inúmeras conseqüências. Em todas as coisas que o cérebro humano equipou-se para produzir, com destaque para a linguagem (entendida aqui em sentido largo) e para a técnica, que gestam uma extraordinária maquinaria semiótica, engendra-se esforços neguentrópicos constantemente perturbados por crises dissipativas inerentes à natureza do sistema. E dessa perspectiva pode-se deduzir que o humano, na sua biosfera, e a cultura no qual se constitui, retroalimentada pela semiosfera (LOTMANN, 1996) que ela própria gera, é a expressão desta crise.

Esta concepção soterra o projeto iluminista que, entre outras conjecturas, situava a violência como manifestação de nossa porção animal que poderia ser pacificada pela racionalidade (BAITELLO JUNIOR, KAMPER e MERSMANN, 2000). Com a ruptura de Morin, a violência passa a ser uma atribuição essencialmente do humano e perpassa, inclusive, projetos de racionalidade, instalando-se nas dinâmicas culturais. Na medida em que cultura, é organizada/organizadora via veículo cognitivo da linguagem, a partir do capital coletivo dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade (MORIN, 1998), pode-se pensar que violência, na medida em que se deriva do *demens* constitutivo, incorpora-se na materialidade da cultura, a semiosfera.

Configurações na semiosfera

A extraordinária elipse que Stanley Kubrick produziu em 2001, *uma Odisséia no Espaço*, traduz cinematograficamente esta questão. Nas seqüências iniciais do filme aparece uma sociedade de primatas às voltas com processos adaptativos. Em determinado momento, descobrem que ossos produzem eficaz extensão da força física ao ponto de auxiliá-los no aniquilamento de semelhantes na busca de delimitação de territórios ou por puro deleite. Em um jogo lúdico, um representante da espécie lança pedaço de osso ao infinito e, através de corte magistral, o espaço terrestre transforma-se em sideral com a forma do osso traduzida no formato de nave espacial a navegar neste novo ambiente a desbravar. Técnica e cultura expandem-se e, em concomitância, a semiosfera a suscitar diferenciadas problematizações.

A semiosfera é um termo cunhado pelo semiótico russo Iuri Lotman, que traz embutido potente aparato conceitual cujo alcance ainda não foi suficientemente compreendido pela produção semiótica contemporânea. Para descrever este espaço e desenhar sua estrutura e funcionamento, Lotman inspirou-se na formulação do biogeoquímico V. Vernadoski que, em *O Pensamento Filosófico de um Naturalista* propunha que o homem, como em geral todo o ser vivo, não constitui um objeto em si mesmo, independente do ambiente que o circunda. Denominou este ambiente de *biosfera*, capa ou zona da crosta terrestre que se encontra na superfície do nosso planeta e acolhe todo o conjunto da matéria viva, cuja estrutura, perfeitamente definida, determina, sem exclusão, tudo o que aparece em seu interior (LOZANO, 2004). A matéria viva da biosfera é o conjunto dos organismos vivos em seu interior. Já a semiosfera, na proposta de Lotman, constituirá o espaço semiótico fora do qual não é possível a existência de qualquer semiose.

Há uma sutileza importante no funcionamento da biosfera que comparece, também, nos mecanismos processuais da semiosfera: já que não existe nenhum organismo vivo fora de um ambiente em que se move ou atua, também o ambiente não tem qualquer sentido fora da referência à vida e às suas manifestações concretas. Por esse prisma, sugere Tagliagambe, substitui-se a noção de adaptação por construção, o que permite por em evidência que a forma

como os organismos elegem, sobre a base de sua própria organização interna, os traços e fragmentos do mundo externo relevantes para sua existência, altera o entorno. "O terreno em que as plantas crescem é modificado pelo seu crescimento e a atmosfera em que vivem os organismos se modifica por sua própria presença" (LOZANO. 2004).

Esse fenômeno nos coloca à frente de contínuos processos de transformação, semelhantes a verdadeiras operações de tradução. A semiosfera, que passa a circunscrever a produção semiótica humana, entrelaça-se neste sistema, formando o espaço fora do qual fica impossível qualquer ato significativo particular.

O mundo da semiose que a semiosfera circunscreve é uma estrutura complexa e heterogênea que joga continuamente com o espaço que lhe é externo. Nesta dinâmica, a cultura não só constitui sua organização interna, mas também sua degeneração externa, o que sugere que a cultura vai explodindo seu território continuamente.

Essa percepção, que revela a influência que as formulações de Ilya Prigogini exerceu sobre seus trabalhos derradeiros expostos em *Cultura e Explosão*, aproxima Lotman da conceituação proposta por Edgar Morin (1998). Nela, a cultura não se situa nem no nível da superestrutura nem do da infraestrutura, termos considerados impróprios numa organização onde o que é produzido e gerado se torna produtor e gerador do que produz ou gera. Neste processo, cultura e sociedade estão em relação geradora mútua, interação esta em que não se pode esquecer as interações entre indivíduos, eles próprios portadores/transmissores da cultura, que regeneram a sociedade, a qual regenera a cultura. Tudo isso atravessado pelo parâmetro da crise acentuado pelo fato de que a cultura alimenta-se dos processos entrópicos inerentes à maquinaria semiótica humana: o *homo demens*.

Para que compreenda o que se entende aqui por crise, tal dimensionamento deve inserir-se em uma perspectiva sistêmica (BUNGE, 1979; VIEIRA, 1996) que, no que tange ao humano, pode ser resumido nos seguintes termos: todo o sistema tende à permanência, parâmetro vulnerabilizado tanto pela ação da entropia interna quanto pela externa ao sistema. Isso força os sistemas a desencadearem processos auto organizativos (*neguentropia*, MORIN, 1986) especialmente evidenciados pelos sistemas vivos nos

mecanismos de reprodução. Os indivíduos de determinadas espécies sucumbem à entropia, mas a espécie como um todo garante a permanência principalmente pelos dispositivos reprodutivos. Isso não impede que os sistemas, abertos que são e quanto mais complexos, menos lineares, atinjam patamares excessivamente críticos. Para fazer frente à esta crise, caso não desapareçam, os sistemas dão um salto reorganizativo, conhecido como évolon, e rearticulam-se estruturados em níveis mais altos de complexidade, tudo isso às custas de intensa dissipação.

A espécie humana, como sistema, é resultante de processos críticos e, na medida em que o humano nesta perspectiva pode ser considerado como algo que ainda não se completou, expressa continuamente esta crise que se articula, com igual fervor, nos sistemas que gera, destacando-se a cultura que se circunscreve no espaço da semiosfera. Adensando esta crise, explodem os processos midiáticos que, no último século, transforma-se em instâncias rearticuladoras da cultura como um todo e chamam para si a configuração deste espaço, com repercussões até mesmo na biosfera.

A violência, como fenômeno da cultura e esponsenciada pelos processos midiáticos, habita a semiosfera, instalando-se na sua própria estrutura: ela gera semioses. Não se trata da *violência simbólica*, expressão que Bourdieu e Passeron propuseram na década de 1970 para designar a capacidade de impor, como algo legítimo, significados mediante o estabelecimento de signos na educação. Fala-se da violência, ela mesma gestada e exercida com toda a sua possível ferocidade através da materialidade dos signos, agindo no jogo organizacional que a semiosfera opera.

Harry Pross (1989) acredita que o desenvolvimento individual dos organismos humanos, ou mesmo a transformação paulatina da espécie se levam a cabo no estabelecimento de novos signos e seus respectivos princípios de ordem argumentados lingüisticamente pelos termos superior e inferior, acima e abaixo, à frente e atrás, progresso e regresso. Os processos de semiose desencadeiam-se através de movimentos entre os pólos.

Na proposta de Pross (1989), estes processos têm como matriz a aquisição da percepção vertical classificada como uma das primeiras experiências humanas com as que se vinculam outras qualidades. O fato do ser

humano ficar de pé, caminhar ereto, determina sua atitude antes os demais seres vivos e as coisas que designamos como objetos de nosso nível.

Pross (1989) fundamenta sua proposição nos seguintes termos: o homem vive no mundo como ser deficiente. Não está em condições de alimentar-se sozinho e sua capacidade de movimento e proteção é sumamente pequena. Essa carência se compensa mediante a comunicação com os congêneres. Antes da aquisição da linguagem, que é um processo que se estende ao longo da vida, a criança ao estabelecer em seu entorno seus signos, se comunica com o som, os gestos, os excrementos e, finalmente, com os objetos. Constrói sua ordem egocêntrica para apropriar-se do seu entorno. Seu oposto, como pessoa que ficará ereta constitui um dos primeiros objetos que exigem interpretação. A questão da relação que guarda com o sujeito que faz a pergunta é a questão do signo. Um signo é algo que está no lugar de outro distinto e, neste sentido, é algo interpretado. O sujeito está enredado em um mundo de signos. Não pode aprender nem expressar nada se não através destes meios

A experiência de ordem própria aparece como desordem e como podem significar perigo, adiciona-se a experiência de que a renúncia a esta ordem particular se premia. O sujeito se converte de configurador do seu campo para uma figura dentro do campo. A determinação alheia substitui a autodeterminação, mas o ser humano segue necessitando de reconhecimento no outro semelhante como signo da sua presença. Esta tese suporta também o tabu, marco da delimitação frente ao nada.

O campo adquire significado central para a auto confirmação humana como espaço de lembranças, de batalhas, de jogos. A espécie move-se na afirmação do campo, de manifestar sua presença neste espaço limitado frente aos outros. Esta simbologia primária transfere-se para esfera política e para a esfera das guerras.

A sinalização vertical dos lugares e a afirmação do campo remetem a outra experiência primária que tem a ver com a postura ereta, que é a experiência do dentro e do fora. Uma vez que se produz um signo, cria-se necessariamente espaço. Surge um espaço interior entre sujeito e signo, e um espaço exterior por detrás do signo. No momento em que o próprio signo tem altura, configura-se como marca vertical, aparecem o acima e o abaixo na relação com o espaço interior e exterior assim criado. A demarcação vertical

como objeto transforma o espaço em torno. Este espaço assim demarcado denomina-se campo. A ocupação de campo marcado com signos transforma-se na sua apropriação simbólica. O campo assim apropriado é, ao mesmo tempo, signo para espaços maiores: ele permite transferir a outras relações sociais as decisões tomadas no campo do jogo ou no campo de batalha.

Desta gradação simbólica do domínio do campo, resulta a rede que cobre o campo com símbolos que designam a presença de um mito, de uma religião, de um sistema político e econômico. Desta perspectiva, as redes de comunicação não só servem como meios, mas que elas mesmas simbolizam a presença de um poder. As construções ideológicas religião e Estado se convertem em construções espaciais mediante o estabelecimento de signos.

Em todas as ordens os signos são objetivos e as coisas são signos. Delimitam os espaços em campos. Regulam todos os tipos de movimento. Determinam os planos do tráfico social. Tudo depende de que se tomem os signos objetivamente, começando pela fórmula abstrata de um código científico e terminando com a marca fronteira que demarca uma zona de soberania em relação a outra.

O fato de que os significados necessitam canais portadores que sejam perceptíveis aponta para a horizontalidade na qual se enquadra o gênero humano. Postes fronteiros e transmissores de mídia, divisões arquitetônicas do espaço, imagens e sons são colocados em relação na justaposição espacial. É desta relação que estalam os conflitos de alcance e distância: zonas de soberania.

Pross (1989) enfatiza ainda que os símbolos são signos que indicam valores. Nunca estão sós, senão dentro de determinadas ordens. No plano dos fatos, as ordens espaciais estão separadas e unidas por signos. Mas no âmbito dos valores vivemos em representações verticais. Toda a cultura, toda religião, toda a ciência, toda a política se justifica por valores supremos que tem seu polo oposto nos valores negativos "inferiores", também extremos..

A vida social está, temporal e espacialmente, orientada por símbolos até nos detalhes mais íntimos da vida sexual. Nos submetemos, em primeiro lugar, a violências simbólicas, e não à mera superioridade física. Pross chama de "psico-somática" a esta direção orientada por símbolos, porque em cada caso o signo é de índole física, desde o abrir e o fechar de olhos, a imagem e a escrita,

até as disposições arquitetônicas de planos e espaços e os ataques brutais da natureza extra humana. A mídia reproduz este modelo básico de violência simbólica. Propicia com que determinados significados adquiram validade.

Pross (1980, 1989) vê no calendário a grande expressão desta força simbólica. A submissão do tempo de vida subjetivo ao tempo do calendário não se efetua apenas através da ritualização individual do calendário. Obrigatórias são as filiações de idade pelo estado: toda a criança de sete anos tem que ir para a escola, todas as de 18 devem ser "maiores de idade" e assim por diante.

Algumas operações midiáticas

O sistema jornalístico segue a coação do calendário ao interpretá-lo e atualizá-lo reiteradamente. Para Pross (1989), a repetição e, com ela, a ritualização resultante do processo de comunicação é o que há de mais importante na imprensa e na mídia em geral, pois esta ritualização expressa, enquanto tal, a integração e homogeneidade que nos podem dar os conteúdos diferentes da comunicação. O ritual é um super símbolo que une outros simbolismos da linguagem, da imagem e da expressão corporal.

Morin (1998) enquadraria estes processamentos a um mecanismo que designou como *imprinting* cultural, tratando-se de uma matriz que estrutura o conformismo e uma normatização que o impõe. O autor apropria-se de termo que Konrad Lorenz cunhou para definir a marca imposta pelas primeiras experiências do jovem animal, como o passarinho que, ao sair do ovo, segue como se fosse sua mãe o primeiro ser vivo ao seu alcance. O *imprinting* cultural inscreve-se cerebralmente desde a mais tenra infância pela estabilização seletiva das sinapses, inscrições iniciais que marcarão irreversivelmente o espírito individual. Por conta disso, o autor sentencia: os falsos testemunhos sinceros são numerosos. Mas apesar dessas determinações, os signos e como eles, as idéias, movem-se, transformam-se. Há uma dinâmica na semiosfera, sobretudo nas suas fronteiras, que faz com que na configuração dos espaços devidamente organizados, entre em jogo as progressões corrosivas e as subversões da dúvida.

Em outro trabalho (HENN, 2002) enfatizou-se que o jornalismo aciona forte aparato organizacional. O jornalismo dá forma à realidade cotidiana, agendando os temas, hierarquizando fatos e assuntos, definindo a relevância

das coisas. Estando como que à frente dos processos midiáticos, detêm forte poder de orientar o fluxo informativo e de delimitar as fronteiras da semiosfera. Mas como lida com processos entrópicos, a exemplo do sistema cultural e vivo como um todo, o jornalismo vulnerabiliza-se, aspecto que aumenta seu furor organizativo. E a ritualização prevista por Pross encontra nele excepcional aparato atualizador.

Mar de Fontcuberta (1993), numa constatação compartilhada por vários autores enfatiza que o enorme volume de ocorrências obriga o jornalismo a dividir-se em três opções permanentes: incluir, excluir e hierarquizar a informação. Através dessas opções, o jornalismo confeccionaria conteúdos que responderiam a interesses do público, do veículo e dos diversos setores da sociedade. Ao organizar as ocorrências e estabelecer suas angulações, o jornalismo *apropria-se* dos acontecimentos devolvendo-os aos meio já com suas devidas transmutações.

Este mecanismo vem de encontro a um processo que poderíamos denominar de desterritorialização-reterritorialização (DELEUZE, GUATTARI, 1994), em que as subjetividades, quanto mais tomadas pelo terror da desestabilização, maior tendência apresentam a gravitar em torno de alguma referência identitária. Esta situação se faz presente em especial quando os indivíduos são levados a um tal ponto de desestabilização que se ultrapassa um limiar de suportabilidade ou quando a experiência traz a ameaça imaginária de descontrole das forças (caos psíquico, moral e social). É assim que, para proteger-se da proliferação e abalo das forças que esvaziam de sentido as figuras vigentes, as pessoas podem demandar signos que se apresentem minimamente sedutores para recompor a ordem perdida (ROLNIK, 1996).

De forma especial no noticiário sobre crimes, o jornalismo estabelece ou referenda as fronteiras do "dentro e do fora", do "perigo e da proteção" e do "caos e da organização", exacerbando a espetacularização do medo. Da mesma forma, lança seu receptor em uma necessidade de referências para que possa se reorientar em um espaço-tempo confuso. E o próprio jornalismo oferece as balizas para fazer valer essa intenção.

Os sistemas midiáticos ao mesmo tempo em que transmutam e atualizam as ordenações sígnicas em movimento no tecido cultural, lançam mão de enquadramentos super dimensionados pela sua própria potência organizativa.

Campos de força, de disputas de engendramentos semióticos, de disputa de sentidos. A violência, que na sua ação cotidiana materializa-se não só na força bruta, mas também intensamente nos signos, espraia-se pelo sistema midiático, não apenas como núcleo temático a alimentar sua multiplicidade de formatos, mas como estratégia de articulação do seu poder organizador.

Estamos no dia 25 de maio de 2004. Já passam das 17h e entra no ar pela Rede Bandeirantes de Televisão programa *Brasil Urgente* comandado pelo carismático apresentador José Luiz Datena. Imediatamente o comunicador chama jornalista que faz cobertura em uma favela de Guarulhos onde, durante a tarde, quatro pessoas que fugiam da polícia teriam mantidos como reféns, por mais de cinco horas, uma mulher com duas crianças pequenas. A mulher entra ao vivo e o repórter inicia uma série de perguntas que só geravam respostas monossilábicas: "Eles ameaçaram a senhora"? Não... "Apontaram alguma arma para vocês?" Não... "A senhora ouviu algum disparo"? Não... Datena, irritado, pede para ele mesmo falar com a mulher e começa: "Sei que a senhora está traumatizada, nós respeitamos isso, mas é importante que nós saibamos como que isso aconteceu". Depois, inicia um verdadeiro interrogatório, só obtendo respostas evasivas. Dispensa a mulher, orienta o repórter para entrevistá-la quando estiver mais calma, na expectativa de um melhor desempenho e, na seqüência, entra a matéria editada sobre a ocorrência.

Os fatos, conforme articulados no relato jornalístico que se sucedeu, por mais que se esforçassem para atender aquilo que os repórteres pretendiam nos seus enquadramentos, revelavam outra ordem de sucessão. A mulher em questão sequer chegou a ser ameaçada. Quando deu-se conta de que estava no meio de perseguição policial que, em uma favela, afeta qualquer morador indiscriminadamente, decidiu prudentemente esconder-se debaixo da cama com seus filhos até que situação se normalizasse. Por isso ela não conseguia responder o que Datena desejava. Ele queria mostrar bandidos ferozes que mantivessem mães e filhos sob mira de revólveres. Forçou enquadramento de situações que não se sucederam nos padrões pretendidos.

Ao impor sua ordem a alguém que, minutos antes já teve que se confrontar com um sucedâneo de organizações excessivamente explosivas, o comunicador como que dá o chute derradeiro. Com isso, a dimensão semiótica da violência toma forma a olhos vistos.

As rotinas de produção dos sistemas midiáticos são sedimentadoras destas organizações semióticas agenciadoras de violência. Na pesquisa *Criminalidade e notícias nos jornais de Porto Alegre*,² constatou-se que o processamento das informações sobre crimes, no qual entra em jogo *valores notícias* rapidamente acionados pelos repórteres na velocidade da produção, gera enquadramentos via de regra redutores, intensificados pela hierarquização (acima, abaixo) incrustada na organização sígnica. Ao mesmo tempo, a homogeneidade como as matérias são construídas, em que se usam mesmos padrões de textos, de terminologias, de enfoques e de enquadramentos, aparece como principal constatação da pesquisa. Esse movimento possui relação direta com as fontes predominantes na elaboração desse material. Mais de 80 por cento das fontes consultadas pelos jornais, ou são autoridades policiais nomeadas (em torno de 34 por cento), ou apenas os Boletins de Ocorrência (em torno de 50 por cento). Os suspeitos ou pessoas ligadas a eles muito raramente são ouvidos. As pessoas ligadas às vítimas das ocorrências também são pouco consultadas.

Isto se repete drasticamente quando se analisa a produção de matérias sobre crimes envolvendo jovens. Na medida em que a fonte privilegiada ainda são os boletins de ocorrência, no caso dos adolescentes estamos diante de uma peculiaridade, uma vez que são poucas as delegacias especializadas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disto, atendendo ao preconizado no ECA, deve-se resguardar informações e imagens do adolescente a fim de não identificá-lo, o que muitas vezes significa não utilizar o jovem como fonte de notícia. Portanto, os precários boletins de ocorrência muitas vezes induzem a erros de informação, até mesmo a pré-julgamentos, pois é comum que os suspeitos acabem “condenados” pelo delegado antes do processo judicial. Em tal contexto, não é de estranhar que a violência não seja tratada como fenômeno social, mas como casos, que se multiplicam em repetidas matérias, um tanto desconexas, transformando a criminalidade juvenil em um evento individual anômalo e, via de regra, em “caso de polícia”.

Entretanto, na periferia da semiosfera, formas culturais ganham corpo e entram na disputa de campos. Domingo, 25 de abril, quase oito horas da noite: o ponto alto do *Domingão do Fastão* na Globo, a principal rede de televisão do

² Pesquisa desenvolvida por Ronaldo Henn e Carmen Oliveira durante os anos de 2001 e 2002 na Unisinos.

Brasil. O convidado especial é MV Bill, rapper da Cidade de Deus, favela que ganhou o mundo por conta de filme homônimo. O hip hop, apesar de intensa proliferação, ainda não se apresenta como prato principal na mídia convencional, até porque muitos dos seus representantes preferem estar fora, como é o caso dos Racionais MC.

Não deixam de ter uma certa razão. Ao *entrar*, corre-se o risco de se sucumbir aos enquadramentos e poder diluidor, que é que já aparece em manifestações menos densas do hip hop. No Faustão, MV Bill conseguiu vencer a batalha, que durou 40 minutos em um dos horários comercialmente mais nobres dos domingos televisuais. E pelo excesso de tempo, ficou a meio palmo de derrapar na lógica que o programa impõe. As intervenções do apresentador, por mais que esforçadas para entrar um pouco no universo do convidado, tinham que dar conta de outro universo: o da própria Globo. Por este movimento, aceita-se MV Bill porque, mesmo da favela, não rouba, não mata, não pratica crimes. Tem boa índole, então pode cantar e fazer suas queixas. Mas há um estranhamento semiótico instigantes. O som sujo prevalece transformando em caricatura a performance das moças que dançam coreografia pasteurizada. São sistemas de signo que se confrontam. A tendência com o tempo é os orquestrados pela Globo sugarem os *explosivos*. Mais uma vez a dimensão semiótica da violência evidencia-se. Mas estas operações geram mudanças nos sistemas que se enfrentam. E a luta dos signos continua.

Referências Bibliográficas

BAITELLO JUNIOR, Norval; KAMPER, Dietmar; MERSMANN, Birke. “Imagem e Violência. Sobre o Futuro da Visibilidade”. In: *Seminário Internacional Imagem e Violência*, 2000, São Paulo. <http://www.sescsp.com.br>. São Paulo: SESCSP, 2000.

BUNGE, Mario, *Treatise on Basic Philosophy* - vol.4: *A World of Systems*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1979

DELEUZE, G., GUATTARI, F., *Mil Platôs*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994

FONTCUBERTA, Mar de, *La Noticia, Pistas Para Perceber el Mundo*. Barcelona: Paidós, 1993

FOUCAULT, Michael (1999): *A história da sexualidade: a vontade de saber*, 13^a ed., Rio de Janeiro: Edições Graal.

LOZANO, Jorge. *La semiosfera e la teoria de la cultura*. Faculdade de Ciência de la Información, UCM. <http://www.ucm.es/info/especulo/numero8/lozano.htm>, acessado em 05/07/2004

__ __ __ “Cultura y explosión em la obra de Yuri M. Lotman”, in *Antroposmoderno*. <http://www.ucm.es/info/especulo/numero11/lotman2.html>, acessado em 05/07/2004

LOTMAN, Iuri M., *La semiosefera. Semiótica de la cultura e Del texto*, (seleção e trad. D. Navarro), Madri: Cátedra, 1996

MCLEOND, KABLIZ, et al. “Ciência Nova”, in *Folha de São Paulo, Mais*, 24/11/2002, p.p.: 3-8

MEDEL, Manuel Angel Vázquez. *La semiótica de la cultura e la contrucción Del imaginario social*. <http://www.cica.es/aliens/gittcus/medelju.html>
MORIN, Edgar. *O Método 4. As idéias*. Porto Alegre: Sulina, 1998

__ __ __, *O Método 1. A Natureza da natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986

__ __ __, *O paradigma perdido*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975

Pesquisa Datafolha, Mapa da Exclusão. *Folha de São Paulo*, 26/09/98.

Pesquisa Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil. ISER/Rio de Janeiro, 2001.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, Rio de Janeiro. www.globoonline.com.br Acesso em 22/04/2002.

PRIGOGINE, I e STENGERS, I. (1984), *A Nova Aliança, a Metamorfose da Ciência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

PRIGOGINE, I. (1976), Order through Fluctuation: Self-Organization in a Social System. In *Evolution in Consciousness: Human Systems in Transition*. Jantsch, E. and Waddington, C.H. (eds), p.p 93-126. Massachusetts. Addison-Wesley Publ. Co.

PROSS, Harry, *Estructura simbólica del poder*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980

__ __ __, *A violência dos símbolos sociais*. Barcelona: Gustavo Gili. 1989

ROLNIK, Suely, “Mal-estar no trágico”. In: *Pellanda*, Nize Maria Campos; Luis Ernesto Cabral (org.), *Psicanálise hoje: uma revolução do olhar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

SANTOS, José Vicente Tavares dos (1999). Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, HUCITEC

TARIN, Francisco Javier Gomes. *De la violencia física a la violencia simbólica*. <http://www.terra.es/personal2/insularia/Laguna.PDF>

VIEIRA, Jorge (1996), “Caos e Semiótica”, Revista *Face*. V.5, n.º 1- jan/jul. 62-68

WAQUANT, Loic (2001): *As prisões da miséria*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.